

Brasília, 17 de outubro de 2025.

XXXI SEMINÁRIO NACIONAL DA SEGURANÇA DAS IPES E EBTTs

Local: Auditório da ADUnB, Brasília/DF

Período: 6 a 10 de outubro de 2025

1. Contextualização

O XXXI Seminário Nacional de Segurança das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e EBTT's reuniu servidores técnico-administrativos vigilantes de todo o Brasil, dirigentes sindicais, docentes e especialistas para debater os desafios da segurança nas instituições públicas de ensino, em meio à conjuntura política, econômica e social que afeta a classe trabalhadora. O evento foi organizado pela comissão nacional de segurança, com apoio e participação da FASUBRA Sindical, em parceria com entidades da educação federal e central sindical, com o objetivo de fortalecer o debate sobre políticas de segurança, valorização profissional e defesa do serviço público. O Seminário contou com as presenças de cerca de 170 (cento e setenta) vigilantes.

2. Primeiro Dia – Conjuntura e Valorização do Trabalho Público

As atividades de abertura abordaram a análise da conjuntura política e social, enfatizando os efeitos das crises globais, das reformas administrativas e da precarização do serviço público. Durante a manhã, as discussões destacaram a necessidade de unidade entre trabalhadores e a importância da consciência política diante das ameaças aos direitos sociais. À tarde, ocorreram palestras sobre privatização e terceirização da segurança nas IPES, evidenciando os impactos negativos sobre a autonomia e as condições de trabalho. O turno vespertino foi encerrado com o debate sobre carreira, formação e valorização dos servidores da área de segurança, ressaltando a importância da capacitação contínua e da defesa do concurso público.

3. Segundo Dia – Audiência Pública e Debate Técnico

Na manhã do segundo dia, foi realizada audiência pública na Câmara dos Deputados, convocada pelas deputadas federais Sâmia Bomfim e Fernanda Melchionna, ambas do PSOL, com o tema “Precarização da segurança patrimonial nas IFES”, integrando a programação do seminário. Foram debatidos os efeitos da extinção do cargo de vigilante e o avanço da terceirização, com ênfase na defesa do concurso público e na necessidade de políticas de valorização da carreira. O Coordenador de Educação Sandro Pimentel que

participou do debate Representando a FASUBRA, reforçou a importância da retomada do concurso público para vigilante e questionou o governo sobre o tema, enquanto o coordenador jurídico e relações de trabalho Marcelo Rosa participou representando a CNSC/MEC que destacou sobre as discussões que tem havido no âmbito da Comissão sobre a importância de manutenção do fazer de segurança dentro da carreira, com contratação pelo RJU.

A deputada Sâmia finalizou tecendo referências elogiosas à mobilização dos vigilantes e se colocando à disposição para fortalecer a luta por concurso público.

À tarde, no auditório da ADUNB, ocorreram palestras sobre concurso público para a área de segurança, seguidas da exposição “Visão das humanidades e gestão moderna da segurança em estabelecimentos de ensino”. O dia encerrou com a reafirmação do compromisso da FASUBRA e das entidades participantes com o fortalecimento do serviço público e a luta contra a terceirização.

4. Terceiro Dia – Integração, Tecnologia e Prevenção

O terceiro dia iniciou com o tema “Uso da força, câmeras corporais e integração com o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)”, discutindo políticas de transparência e modernização da segurança institucional. No segundo momento da manhã, o debate tratou da integração dos serviços de segurança das IPES ao SUSP, com ênfase em gestão interinstitucional e políticas de cooperação. Durante a tarde, foram apresentadas palestras sobre riscos ocupacionais e prevenção de incêndios, destacando a importância da formação continuada e da gestão de risco nas instituições. O encerramento do dia tratou das tecnologias aplicadas à segurança universitária, com foco em inovação e modernização das estruturas de proteção.

5. Quarto Dia – Diversidade, Inclusão e Gestão de Crises

O penúltimo dia foi marcado por reflexões sobre inclusão, diversidade e segurança nas universidades públicas. A mesa inicial abordou o tema “Segurança para a população das IFES: cuidando das mulheres, da população negra e da diversidade”, ressaltando a luta contra a terceirização e o papel das políticas de cotas na transformação do perfil das universidades. Durante o turno da manhã, foram discutidas questões de misoginia, racismo e LGBTQIAPN+fobia, seguidas da palestra sobre gerenciamento de crises, com enfoque em direitos humanos e mediação de conflitos. À tarde, o debate se concentrou na

estruturação e atualização dos projetos de segurança institucional, reforçando a necessidade de protocolos modernos e formação continuada das equipes.

6. Quinto Dia – Segurança, Radicalização e Encerramento

O último dia trouxe o tema “Segurança nas universidades e combate à radicalização”, com destaque para o crescimento de ataques motivados por discursos de ódio e extremismo nas redes sociais. Foram discutidas estratégias de prevenção, capacitação e promoção de ambientes acadêmicos seguros, com ênfase em empatia, escuta e fortalecimento dos laços comunitários. O evento foi encerrado com a votação de propostas e eleição da comissão organizadora nacional do próximo seminário, a ser realizado em Teresina (PI), no ano que vem. O fechamento reafirmou o compromisso coletivo com a defesa de um ambiente acadêmico seguro, inclusivo, democrático e antifascista, sustentado pela valorização dos servidores e pelo fortalecimento do serviço público.

7. Considerações Finais

O XXXI Seminário consolidou-se como um marco de reflexão e mobilização da categoria, articulando debates sobre segurança, valorização profissional, diversidade e direitos humanos. As discussões apontaram para a necessidade de: reforçar a luta contra a terceirização e pela realização de concursos públicos; investir na formação e capacitação permanente dos servidores da área; integrar as políticas de segurança das IFES ao SUSP, com base em evidências e transparência; e promover ambientes acadêmicos inclusivos e comprometidos com a democracia e o respeito à diversidade. O seminário encerrou-se com ampla participação de delegações de todo o país, reafirmando o papel da FASUBRA Sindical e das entidades representativas na construção de um serviço público forte, humano e eficiente.

Para coroar a efetiva programação, Lucineide Paiva dos Santos, coordenadora de formação e organização sindical finalizou exibindo com o apoio da comunicação institucional, um vídeo com vários depoimentos dos participantes, todos referenciando a importância do Seminário no contexto atual.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE SUPERVISÃO DA CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO- ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Após quatro meses, a Comissão Nacional de Supervisão da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CNSC/MEC) se reuniu na última quinta-feira, 9 de outubro.

Convocada pelo Coordenador Adjunto, Marcelo Rosa, a pauta da reunião incluía:

- Informes;
- Apreciação do GT – Cargos – Pós MGI;
- Outras deliberações, seus desdobramentos e aprovação do calendário de reuniões virtuais;
- Designação do(a) novo(a) Coordenador(a).

1. Eleição e Inclusão de Pauta

A FASUBRA solicitou a inclusão de dois pontos na pauta: a criação de um canal de comunicação entre a CNSC/MEC e as Comissões Internas de Supervisão da Carreira (CIS), conforme a Carta de João Pessoa do Fórum Nacional de CIS, e que a eleição da nova coordenação fosse o primeiro item a ser deliberado. Solicitou, também, a discussão sobre a Nota Técnica do MGI que trata da Avaliação no Estágio Probatório e Avaliação de Desempenho. Adicionalmente, foi solicitada a alteração da pauta, colocando como primeiro ponto a eleição do(a) novo(a) coordenador(a).

2. Eleição do novo Coordenador

Conduzida pelo Coordenador Adjunto, a eleição foi realizada por aclamação. A representante da Secretaria Executiva do MEC na CNSC, Nilva do Carmo foi eleita Coordenadora, e Maria do Socorro (Nina), também da SE/MEC, foi eleita Secretária Adjunta.

3. Canal de Comunicação com as CIS

Em relação ao Canal de Comunicação com as CIS, a nova coordenadora comprometeu-se a criar um e-mail específico para o recebimento das demandas das Comissões Internas de Supervisão. Dentro deste ponto de pauta, foi aprovada a formação de um Grupo de

Trabalho (GT) para estudar os procedimentos administrativos da CNSC, incluindo o recebimento e a análise das demandas das CIS.

4. Revisão do Regimento da CNSC

Diante da necessidade de revisão do Regimento Interno da CNSC/MEC e dando continuidade à discussão iniciada anteriormente, foi formado um grupo de trabalho para estudar o regimento e propor sua atualização ao Pleno da comissão. Este grupo de trabalho deverá apresentar uma proposta na próxima reunião presencial da CNSC/MEC.

5. Grupos de Trabalho

Dentro do ponto de pauta “Outras deliberações, seus desdobramentos e aprovação do calendário de reuniões virtuais” foi aprovada a recriação dos Grupos de Trabalho: Cargos/Racionalização e Desenvolvimento, com prazo de 60 dias para apresentação do resultado de seus estudos, podendo ser prorrogado, se necessário.

6. Desenvolvimento da Carreira

Sobre as respostas pendentes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), a representação do MEC informou ao Pleno da CNSC que a proposta de alteração dos Decretos n.º 5.824/2005 e n.º 9.991/2019, resultante do trabalho do GT Desenvolvimento e em atendimento ao Termo de Acordo n.º 11/2024, ainda não foi enviada ao MGI.

7. Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC)

Referente ao trabalho do GT RSC, o MEC encaminhou as minutas do Projeto de Lei e do Decreto de regulamentação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC). O MGI, por sua vez, informou que enviará o material à Casa Civil em 15 dias e que os recursos já estão previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026. No entanto, o valor específico destinado à implantação do RSC em abril de 2026 não foi comunicado à CNSC.

8. Avaliação do Estágio Probatório e de Desempenho

A FASUBRA solicitou a convocação de uma nova reunião da CNSC para discutir e posicionar-se sobre a Nota Técnica do MGI que trata dos procedimentos sobre o Estágio Probatório e a Avaliação de Desempenho. A Federação já informou ao Fórum de Pró-

Reitores de Gestão de Pessoas (FORGEP/ANDIFES) que esta Nota Técnica não pode ser aplicada nas IFE, pois fere o Decreto n.º 5.825/2006, que regulamenta o PCCTAE.

9. GT Cargos e a Posição do MGI

No que tange ao trabalho do GT Cargos, ponto central da convocação da reunião, o MGI apresentou sua resposta por e-mail, alegando que a proposta não havia sido enviada oficialmente ao Ministério. Mesmo assim, a Diretoria de Carreiras da Secretaria de Gestão de Pessoas (DECAR/SGP) do MGI enviou uma extensa análise sobre a minuta de decreto para o estabelecimento das atribuições, tanto das especialidades dos cargos amplos quanto dos cargos atuais que compõem o PCCTAE.

A DECAR rejeitou integralmente o trabalho realizado pelo GT Cargos e aprovado por unanimidade pela CNSC em junho de 2025. As alegações da Diretoria causaram espanto em toda a CNSC e revolta na Bancada Sindical, pois demonstram total desconhecimento do papel das Instituições Federais de Ensino (IFE) e dos Técnico-Administrativos em Educação dentro delas.

A DECAR/SGP/MGI declarou:

- Discordar das atribuições gerais dos Cargos que integram o PCCTAE, conforme estabelecido na Lei n.º 11.091/2005.
- Considerar ilegal a atualização das atribuições dos cargos atuais, classificando-os, sem exceção, como "cargos obsoletos".
- Não ser atribuição dos Técnico-Administrativos coordenar atividades de pesquisa, extensão ou atividades administrativas (como planejamento, compras, etc.), desconsiderando o que já está previsto em lei.
- Entender que os Técnico-Administrativos devem se limitar a atividades burocráticas; logo, as atribuições das especialidades dos cargos amplos devem ser restritas a tarefas dessa natureza.
- Não aceitar o número de especialidades propostas, sugerindo algo em torno de dez, demonstrando desconhecimento sobre a complexidade e atribuições das IFE.

- Não concordar que as descrições das áreas de atuação dos cargos amplos sejam vinculadas às áreas de conhecimento estabelecidas pela CAPES/CNDP.

A DECAR concluiu que os técnico-administrativos não devem desempenhar nenhuma atividade ligada ao ensino, pesquisa e extensão, pois essas funções seriam privativas dos docentes.

O MEC apresentou uma proposta alternativa ao trabalho do GT Cargos que, na visão da bancada sindical, não atende ao papel dos técnico-administrativos nas IFE, nem à diversidade de atividades existentes. As representações do CONIF e da ANDIFES informaram que desconheciam a proposta apresentada, não tendo participado de sua elaboração. O MEC justificou sua proposta pela necessidade de regulamentar as atribuições das especialidades dos cargos amplos, visando dar suporte aos concursos para atender aos 100 novos campi criados pelo Ministério.

Deliberações

Após um intenso debate, a CNSC deliberou por oficializar o MEC com as seguintes solicitações:

- Envio formal ao MGI da proposta de decreto que regulamenta os cargos atuais e as especialidades dos cargos amplos, conforme elaborado pelo GT Cargos, juntamente com seus anexos.
- Envio aos membros da CNSC do e-mail de resposta da DECAR/SGP/MGI com a análise da proposta de decreto de regulamentação das atribuições dos cargos do PCCTAE.
- Reativação do GT – Cargos para análise da resposta da DECAR/SGP/MGI e da proposta de regulamentação elaborada pelo MEC.
- Que a Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SGA/SE/MEC), órgão setorial do SIPEC, aguarde o término dos trabalhos do GT – Cargos antes de enviar qualquer outra proposta de regulamentação das atribuições para os cargos integrantes do PCCTAE.

Cabe destacar que a FASUBRA tem uma reunião agendada com o Secretário Executivo do MEC para o dia 24 de outubro, cujo ponto central é o PCCTAE e os pontos

pendentes do acordo de greve de 2024.

FASUBRA PROMOVE XII ENCONTRO NACIONAL DE APOSENTADOS(AS), APOSENTANDOS(AS) E PENSIONISTAS

A FASUBRA Sindical realizará, entre os dias 15 e 17 de outubro, o XII Encontro Nacional de Aposentados(as), Aposentandos(as) e Pensionistas, reunindo delegações de todo o país para debater temas fundamentais que envolvem a vida, os direitos e a valorização dos servidores técnico-administrativos aposentados, Aposentandos e Pensionistas das Instituições Federais de Ensino.

A programação contará com atividades em dois espaços principais - o Auditório da Saúde da Universidade de Brasília(UnB) e o Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados e será marcado por debates sobre saúde, previdência, políticas públicas e convivência intergeracional, além de momentos de confraternização e articulação política. O encontro será aberto na manhã do dia 15, no Auditório da Saúde-UnB, com a presença das Coordenadoras Gerais da FASUBRA, da Coordenação de Aposentados(as) e convidados(as). No período da tarde, os participantes realizarão uma atividade parlamentar no Congresso Nacional, com visitas a deputados e senadores e a entrega de carta dos aposentados(as), destacando as principais reivindicações da categoria.

No dia 16, as discussões ocorrerão no Auditório Nereu Ramos, com debates sobre previdência e carreira, incluindo pautas como reformas da Previdência e Administrativa, reestruturação da carreira, auxílio saúde, auxílio nutrição, reposicionamento dos aposentados(as) e isenção da contribuição previdenciária. Teremos também a palestra sobre convivência intergeracional e economia na terceira idade.

No dia 17, no Auditório Nereu Ramos, acontecerão as mesas voltadas à saúde física, mental, emocional e social na terceira idade. À tarde a discussão será sobre planos de saúde e suas realidades para os aposentados(as).

O evento será encerrado com a votação das propostas e da Carta do XII Encontro Nacional, consolidando as deliberações que deverão orientar a atuação da FASUBRA e de suas entidades de base na defesa dos direitos dos aposentados(as), aposentandos(as) e

pensionistas em todo o país.

Com o lema da valorização, dignidade e da memória da categoria, o encontro reafirma o compromisso histórico da FASUBRA com a luta por políticas públicas inclusivas e pela justiça social para quem dedicou a vida ao serviço público e a educação brasileira.

MARCHA NACIONAL DO SERVIÇO PÚBLICO CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

O ataque contra o Serviço Público brasileiro não cessa! A Reforma Administrativa que está sendo tramado no Congresso Nacional, representa o desmonte do Estado e a precarização dos serviços essenciais à população, como Saúde, Educação e Segurança. Se aprovada, ela acabará com a estabilidade, abrirá as portas para a corrupção e destruirá as carreiras do funcionalismo público federal, a exemplo do PCCTAE.

A hora é agora! É fundamental unificar a nossa voz e a nossa presença em Brasília!

No próximo dia 29 de outubro, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FOSASEFE), do qual a FASUBRA é parte atuante, junto a centrais sindicais, entidades e parlamentares, convoca a todos(as) para a Marcha a Brasília Contra o Desmonte do Estado Brasileiro!

Esta mobilização não é apenas contra a Reforma Administrativa. Ela é a nossa resposta contundente:

1. **PARA BARRAR A REFORMA ADMINISTRATIVA:** Mostrar a força da nossa categoria e pressionar o Congresso Nacional para arquivar de vez o entulho que ameaça o serviço público e os direitos aos serviços essenciais à nossa população.
2. **PELO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO ACORDO DE GREVE:** Cobrar do Governo Federal o cumprimento de todas as cláusulas do acordo firmado que encerrou a nossa greve o ano passado. Não aceitaremos o descaso com os compromissos assumidos, muito menos a tentativa de retroagir a pontos do acordo que já foram consolidados.

CONVOCAÇÃO À PARALISAÇÃO DE BASE!

Para garantir a nossa força na capital federal e pressionar o congresso inimigo do povo, a FASUBRA convoca todas as bases a intensificarem a mobilização local.

Orientamos que as Assembleias de Base se reúnam com urgência para aprovar a PARALISAÇÃO da categoria nos dias 29 e 30 de outubro, com a realização de atos públicos nos Estados!

A paralisação é a ferramenta necessária para a nossa categoria se fazer presente massivamente à Marcha a Brasília e para intensificar a pressão contra o desmonte e pelo respeito aos nossos direitos.

Nenhum direito a menos! *

Organize sua base e venha à Brasília marchar conosco!

Dia 29.10 - Marcha Contra a Reforma Administrativa e pelo Cumprimento integral do nosso Termo de Acordo!

A Luta nos Chama!

FASUBRA CONVOCA PLENÁRIA NACIONAL PARA AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA E DEBATER INDICATIVO DE GREVE!

A rodada de assembleias das entidades de base (de 15 a 26 de setembro) que compõem a federação apresentou, à partir das perguntas elaboradas pela última plenária nacional, o seguinte resultado:

1) A assembleia geral da entidade de base avalia que existe mobilização suficiente na Instituição de Ensino em que atua para deflagrar greve a partir de outubro de 2025?

Por instituição:

SIM: 08

NÃO: 19

Sem resposta: 51

Por sindicato:

SIM: 08 (16%)

NÃO: 13 (26%)

Sem resposta: 29 (58%)

2) A assembleia geral da entidade de base avalia que é pertinente a deflagração de uma greve nacional da FASUBRA com o objetivo de demandar do governo federal os pontos do acordo de greve de 2024 ainda não cumprido...

Por instituição:

SIM: 15

NÃO: 30

Sem resposta: 33

Por sindicato:

SIM: 15 (30%)

NÃO: 17 (34%)

Sem resposta: 18 (36%)

Após esta consulta às bases, no mês de outubro, ocorreram, até o momento, os seguintes fatos:

Apresentação dos 03 (três) textos legislativos do Deputado Federal Pedro Paulo (PSD/RJ), acerca da reforma administrativa (PEC, PLP e PL).os textos confirmam as previsões negativas quanto ao conteúdo da proposta e chama atenção pela ausência de assinaturas da maioria dos parlamentares que compõem o GT. Segundo o coordenador do grupo, mais da metade das 171 assinaturas necessária já foram obtidas, mas este dado não tem confirmação oficial até o momento.

Reunião da CNSC/MEC - Nesta reunião a FASUBRA obteve a informação de que o MGI rejeitou integralmente a proposta de regulamentação das atribuições dos cargos, aprovada por unanimidade pela CNSC em junho de 2025.

Nos próximos dias estão previstos os seguintes eventos de mobilização e

negociação:

22/10 - Reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)

24/10 - Reunião com o Secretário de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Educação (MEC)

29 e 30/10 - Paralisação Nacional da FASUBRA e do ANDES (Sinasefe paralisa 28 e 29)

29/10 - Marcha dos servidores públicos contra a Reforma Administrativa, em Brasília

Diante deste panorama, a Direção Nacional da FASUBRA convoca a próxima plenária nacional para os dias 15 e 16 de novembro em Brasília.

Na oportunidade será debatida a conjuntura política no contexto da luta contra a reforma administrativa e pelo cumprimento integral do acordo de greve assinado em 2024. A FASUBRA orienta que façam rodadas de assembleia até 07 de novembro, com o debate do indicativo de greve ou outras táticas de mobilização necessárias e possíveis para a realidade atual.

Reforçamos a necessidade de uma grande mobilização no dia 29, e de pressão nos deputados federais para que os mesmos não assinem a PEC da reforma.

CALENDÁRIO	
OUTUBRO	
20 a 25	4ª Conferência Nacional dos direitos das pessoas LGBTQIA+
22	12ª Reunião da Mesa Central da Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNNP
29	Marcha Nacional do serviço público contra a Reforma Administrativa
NOVEMBRO	
15 e 16	Plenária Nacional da FASUBRA
22, 23 e 24	Encontro Nacional de Negras e Negros
25	Marcha Nacional das Mulheres Negras